

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE BÁRBARA CARINE SOARES PINHEIRO

TOWARD AN ANTI-RACIST EDUCATION: REFLECTIONS BASED ON THE WORK OF BÁRBARA CARINE SOARES PINHEIRO

 <https://doi.org/10.63330/sasciencessv6n2-187>

Submetido em: 28/08/2026 e Publicado em: 11/09/2026

SAS: e26413

Andréia Oliveira Rabelo

Mestre em Educação

Universidade Federal do Amazonas

E-mail: andreia.rabelo@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4701-0286>

Silvia Carvalho Vieira

Doutoranda em Educação

Universidade Federal do Amazonas

E-mail: silvia.carvalho@ufam.edu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3291-0757>

Resumo

A resenha analisa o livro “Como ser um educador antirracista”, de Bárbara Carine Soares Pinheiro (Planeta, 2023), vencedor do Prêmio Jabuti 2024. A obra nasce de perguntas recebidas pela autora nas redes sociais e adota formato dialógico, partindo da prática escolar para chegar aos conceitos teóricos do antirracismo como racismo estrutural, pacto da branquitude e letramento racial, sempre em diálogo com a aplicação da Lei 10.639/2003. Um destaque é a resposta afirmativa à pergunta-título: o professor branco não só pode como deve ser antirracista. A autora também defende as cotas raciais como reparação histórica, sem meio-termo discursivo. Como limitação, a resenha aponta a escassez de roteiros práticos, o que é visto como escolha coerente com o objetivo formativo do livro. A obra é elogiada pelo equilíbrio entre rigor conceitual e linguagem acessível, sendo indicada a toda a comunidade escolar, não apenas a professores.

Palavras-chave: Cotas raciais; Educação antirracista; Formação docente; Lei 10.639/2003; Racismo estrutural.

Abstract

This review examines the book “How to Be an Anti-Racist Educator” by Bárbara Carine Soares Pinheiro (Planeta, 2023), winner of the 2024 Jabuti Award. The book stems from questions the author received on



social media and adopts a dialogic format, starting from school practices to explore theoretical concepts of anti-racism, such as structural racism, the pact of whiteness, and racial literacy always in dialogue with the application of Law 10.639/2003. A key point is the affirmative answer to the question posed in the title: white teachers not only can but must be anti-racist. The author also advocates for racial quotas as a form of historical reparations, without any discursive compromise. As a limitation, the review notes the scarcity of practical guidelines, which is seen as a choice consistent with the book's educational objective. The work is praised for its balance between conceptual rigor and accessible language and is recommended for the entire school community, not just teachers.

Keywords: Anti-racist education; Law 10.639/2003; Racial quotas; Structural racism; Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Há livros que se propõem a ensinar. Há outros que se propõem a provocar. “Como ser um educador antirracista”, de Bárbara Carine (2023), pertence claramente à segunda categoria, e é justamente aí que reside sua força. Publicado pela Editora Planeta em 2023 e agraciado com o Prêmio Jabuti de 2024 na categoria Educação, o livro se consolidou rapidamente como uma das obras mais discutidas no campo da educação antirracista brasileira, alcançando o primeiro lugar entre os mais vendidos da Amazon na categoria de política educacional. Essa provocação dialoga com o diagnóstico de Almeida (2019), para quem o racismo funciona como um processo estrutural, e não como um desvio pontual de indivíduos isolados.

Professora adjunta do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bárbara Carine Soares Pinheiro é formada em Química e em Filosofia pela própria UFBA, com mestrado e doutorado em Ensino de Química pela UFBA/UEFS e estágio de pós-doutorado na Cátedra de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da USP. É também membro permanente do corpo docente do programa de pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Fora da vida acadêmica formal, Bárbara Carine é conhecida nas redes sociais, onde reúne mais de meio milhão de seguidores, como “uma intelectual diferentona”, perfil que reflete seu esforço deliberado de tornar conceitos complexos acessíveis a um público amplo. É também idealizadora, sócia e consultora pedagógica da Escola Maria Felipa, a primeira escola afro-brasileira do Brasil oficialmente registrada em uma Secretaria de Educação, experiência que atravessa todo o livro como referência prática constante. Autora de mais de dez obras sobre educação e relações étnico-raciais, ela escreve a partir de um lugar raro: o de quem transita simultaneamente entre a sala de aula, a pesquisa acadêmica e a gestão pedagógica cotidiana.



2 ORIGEM E PROPOSTA DA OBRA

O livro nasceu de um gesto de escuta. Ao longo de anos de atuação nas redes sociais, Bárbara Carine recebeu uma quantidade crescente de perguntas sobre racismo, escola e prática pedagógica, muitas delas formuladas por professores brancos que queriam saber, na prática, como agir diante do racismo dentro da sala de aula sem cair em armadilhas de superficialidade ou culpa paralisante. Foi a partir dessas perguntas recorrentes que a autora estruturou os capítulos da obra, o que confere ao livro um tom dialógico incomum para o gênero: em vez de partir de uma tese fechada e descer até a prática, o texto parte das dúvidas reais de quem está na ponta do sistema educacional e sobe, a partir delas, até os conceitos que as explicam. Essa opção por um formato dialógico, que parte da prática cotidiana para alcançar a teoria, aproxima a obra do estilo adotado por Ribeiro (2019b) em “Pequeno Manual Antirracista”, também estruturado a partir de questões recorrentes do cotidiano.

Já nas primeiras páginas, a autora deixa claro o que o leitor não vai encontrar ali: uma fórmula pronta, um checklist de boas práticas antirracistas para colar na parede da sala de aula. Como ela própria adverte, o livro não se pretende um manual com passo a passo, mas um disparador de reflexões, individuais e coletivas, sobre o papel de cada agente escolar na construção de uma educação verdadeiramente antirracista. Essa aposta na reflexão coletiva ecoa a defesa de Hooks (2000) de que o enfrentamento do racismo passa por uma reeducação afetiva dos vínculos entre educadores e comunidade escolar, e não apenas por normas ou protocolos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ESTRUTURA E PRINCIPAIS CONCEITOS

A obra se organiza como um percurso conceitual guiado pela experiência. Bárbara Carine esmiúça, um a um, os termos centrais do vocabulário antirracista contemporâneo: racismo estrutural, pacto da branquitude, letramento racial, cotas raciais, educação emancipatória, sempre ancorando cada conceito em situações concretas vividas no “chão da escola”. Essa escolha metodológica tem um efeito duplo: por um lado, evita que o livro se perca em abstrações teóricas distantes da realidade docente; por outro, oferece ao leitor iniciante um vocabulário conceitual robusto, capaz de sustentar reflexões futuras muito além da própria leitura. Conceitos como racismo estrutural encontram respaldo teórico em Almeida (2019), enquanto a discussão sobre pacto da branquitude dialoga diretamente com Ribeiro (2019a), e a compreensão das origens do racismo brasileiro remete às contribuições de Munanga (2009). A própria noção de letramento racial pode ainda ser aproximada do conceito de epistemicídio, formulado por Santos (2014) e traduzido em português por Carneiro (2005), que descreve o apagamento histórico dos saberes produzidos por grupos oprimidos.

Um dos eixos mais relevantes da obra é a discussão sobre o cumprimento efetivo da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica brasileira.



Mais de vinte anos depois de sua promulgação, a lei ainda enfrenta resistências reais nas redes de ensino, resistências institucionais, mas também subjetivas, ligadas ao despreparo e ao desconforto de educadores diante do tema. É justamente esse desconforto que o livro se propõe a endereçar, não com culpabilização, mas com formação. Nesse sentido, a obra retoma um debate de longa data, já presente em iniciativas como o Teatro Experimental do Negro, criado por Nascimento (2004), que também buscou, décadas antes, valorizar a cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte.

3.2 A INTERPELAÇÃO QUE DÁ NOME AO LIVRO

Um dos momentos mais marcantes da obra é a resposta direta à pergunta que, de certa forma, intitula o livro: pode um professor branco ser antirracista? A resposta de Bárbara Carine é inequívoca. Não só pode, como deve. Em um dos trechos mais citados da obra, a autora afirma que o professor branco tem "lugar de fala", um lugar precioso, justamente por estar em posição de respeito e admiração diante da estudantada e que, por isso mesmo, carrega uma responsabilidade específica na desconstrução do racismo em sala de aula, responsabilidade que não pode ser terceirizada para colegas negros ou relegada apenas às disciplinas de humanas. Essa formulação dialoga com o conceito de lugar de fala desenvolvido por Ribeiro (2019a), para quem todo sujeito fala a partir de um lugar social e, no caso das pessoas brancas, esse lugar costuma permanecer invisibilizado no debate racial.

Essa formulação retira o antirracismo do campo exclusivo da militância indenitária e o recoloca como tarefa coletiva e institucional. É, talvez, o mérito conceitual mais importante do livro: deslocar o racismo de "problema de quem sofre com ele" para "responsabilidade de toda a estrutura escolar" famílias, professores, gestores, funcionários de apoio, todos aqueles que a autora chama, em uma imagem particularmente feliz, de "doadores de memória". O deslocamento do racismo para uma responsabilidade estrutural aproxima-se também da trajetória intelectual de Davis (2016), que historicamente associou a luta antirracista à emancipação coletiva, e não a conquistas individuais isoladas.

3.3 SOBRE COTAS RACIAIS: UMA POSIÇÃO SEM MEIO-TERMO PERFORMÁTICO

Vale destacar também a maneira como a autora trata o tema das cotas raciais, historicamente um dos mais polarizados no debate público brasileiro. Em vez de reproduzir a retórica desgastada do "mérito versus cota", Bárbara Carine parte de um pressuposto claro e assumido: as cotas são uma medida legítima de reparação histórica. Não se trata de uma bandeira isolada, lançada para gerar polêmica, mas de uma consequência lógica de toda a argumentação construída ao longo da obra sobre racismo estrutural e desigualdade de acesso. Essa clareza de posição, sem meias-palavras, é um dos aspectos que distinguem o livro de outras publicações do gênero, mais preocupadas em agradar a todos os lados do debate. Essa defesa das cotas como reparação histórica converge



com a análise de Carneiro (2005) sobre a desigualdade estrutural de acesso à educação e com a denúncia de Nascimento (2016) acerca dos efeitos duradouros do racismo mascarado na sociedade brasileira.

3.4 LINGUAGEM E ACESSIBILIDADE

Um dos maiores méritos técnicos do livro é seu equilíbrio entre densidade conceitual e acessibilidade de linguagem. Bárbara Carine consegue tratar de conceitos sociológicos complexos, como o próprio racismo estrutural, categoria que exige certo aparato teórico para ser compreendida em profundidade, sem recorrer ao jargão acadêmico fechado que costuma afastar leitores não especializados. Essa característica torna a obra útil tanto para pesquisadores e educadores já familiarizados com o tema quanto para famílias e profissionais da escola que estão apenas começando a se aproximar dele, ampliando consideravelmente seu alcance e seu potencial formativo.

3.5 PONTOS DE ATENÇÃO

Se há uma crítica possível à obra, é que ela deixa relativamente pouco espaço para roteiros operacionais. Quem busca atividades prontas, planos de aula estruturados ou dinâmicas de sala de aula passíveis de aplicação imediata pode sentir falta de um "manual" mais tangível, com exemplos replicáveis passo a passo. Essa lacuna, no entanto, parece deliberada: a proposta da autora não é entregar soluções fechadas, e sim formar, no sentido mais literal do termo, educadores capazes de pensar por si mesmos as próprias práticas antirracistas, adaptando-as à realidade específica de cada escola, de cada turma, de cada contexto regional. Trata-se, portanto, de uma escolha coerente com o projeto pedagógico mais amplo da autora, ainda que possa frustrar leitores em busca de respostas mais imediatas. Essa opção por não entregar soluções fechadas também pode ser lida à luz do que Teles (1993) descreve como o desconforto inerente a qualquer compromisso antirracista ou feminista genuíno, avesso a fórmulas de conciliação fácil.

3.6 RECEPÇÃO E RELEVÂNCIA

O reconhecimento do livro com o Prêmio Jabuti de 2024, a mais importante premiação literária do Brasil, não é acidental. Ele reflete tanto a qualidade da escrita quanto a urgência do tema em um momento no qual o debate sobre educação antirracista ganhou centralidade nas políticas públicas educacionais, mas ainda enfrenta resistência considerável na prática cotidiana das escolas. A obra dialoga diretamente com essa lacuna entre legislação e implementação, oferecendo às escolas brasileiras um instrumento de formação que é, ao mesmo tempo, teoricamente consistente e emocionalmente acessível. A persistência dessas resistências, mais de vinte anos após a promulgação da lei, também é discutida por Munanga (2009), que associa essa dificuldade à necessidade de compreender as especificidades do racismo à brasileira, distintas de outras experiências internacionais.



4 CONCLUSÃO

“Como ser um educador antirracista” não é um livro apenas para quem dá aula. É, como a própria autora sublinha, destinado a qualquer pessoa que atue com crianças e adolescentes, famílias, gestores, coordenadores pedagógicos e todos os demais profissionais que compõem o ambiente escolar. Essa ampliação deliberada do público-alvo é, talvez, o gesto político mais importante da obra: o racismo na escola não é problema de uma disciplina isolada, nem tarefa exclusiva de um professor especializado no tema, mas resultado de toda a estrutura que sustenta a experiência educativa de uma criança, dentro e fora da sala de aula.

Consolidada como uma das referências mais acessíveis e diretas do debate educacional antirracista contemporâneo no Brasil, a obra de Bárbara Carine cumpre com rigor a proposta a que se destina: não a de ser lida passivamente, mas a de servir como ponto de partida para formações individuais e coletivas duradouras. É leitura recomendada e, em muitos contextos, necessária, para quem, dentro ou fora da sala de aula, ainda hesita em assumir que a neutralidade racial na escola brasileira nunca existiu de fato. Essa constatação também é sustentada por Silva (2014), para quem a seletividade do sistema diante da violência racial evidencia que a neutralidade racial nunca existiu de fato nas instituições brasileiras, incluindo as escolares.

REFERÊNCIAS

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023. 160 p. Vencedor do Prêmio Jabuti 2024, categoria Educação.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, 2005.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: KEMPER, Anna Katrin (Coord.). **Psicanálise e política**. Rio de Janeiro: Clínica Social de Psicanálise, 1981. p. 155-180.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2000. p. 184-193.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.



NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Pólen, 2019a. Coleção Feminismos Plurais.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito, parte 1. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, v. 9, n. 1, p. 67-117, jan./jun. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.